

# A construção do Forte de Ponta das Canas, Ilhabela, SP. Paleografia das correspondências entre Joaquim da Silva Coelho e Morgado de Mateus

The construction of Ponta das Canas Fort, Ilhabela, SP. Paleography of the mail exchange between Joaquim da Silva Coelho and Morgado de Mateus

DOI: <https://doi.org/10.24206/lh.v7i3.41959>

*Cintia Bendazzoli*

Graduada em História, Mestre e Doutora em Arqueologia pela Universidade de São Paulo (USP).

E-mail: [cibendazzoli@gmail.com](mailto:cibendazzoli@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2326-7985>

## RESUMO

O Forte de Ponta das Canas, localizado ao norte da Ilha de São Sebastião, município de Ilhabela-SP, constitui-se na maior das quatro fortificações militares erigidas no arquipélago para fins de defesa contra o ataque de embarcações inimigas. As ruínas de suas muralhas, ainda preservadas, conferem destaque e imponência a essa fortaleza, a qual nunca havia sido objeto de estudos detalhados e quase nada se sabia sobre a história de sua edificação. O presente estudo objetiva a melhor compreensão da história de construção do referido forte, dos agentes envolvidos e dos principais processos relacionados à sua edificação. Para tal, contempla a identificação, transcrição paleográfica e análise das correspondências trocadas entre o construtor da obra Joaquim da Silva Coelho e o então governador da capitania Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, entre os anos de 1766 e 1774. A abordagem adotada neste estudo possibilitou a recuperação de dados riquíssimos e inéditos sobre o processo de edificação do Forte de Ponta das Canas, permitindo ressignificar o papel dessa majestosa fortificação nos planos de ação defensiva idealizados para a região ainda no século XVIII.

**Palavras-chave:** Ilhabela-SP. Forte de Ponta das Canas. História. Paleografia. Cartas.

## ABSTRACT

The Ponta das Canas Fort located in the north of the São Sebastião Island, city of Ilhabela, SP, constitutes the largest fortification among another four military ones, built in the archipelago as a means of defence against the attack of enemy ships. The ruins of its walls, still preserved, stands out the grandeur to this fortress, which has never been the object of detailed studies and neither had its edification's history known. The present study aims at a better understanding of the above mentioned Fort construction history, of the agents involved as well as of the main processes related to its edification. For such, it addresses the identification, paleographic transcription and the analysis of the mail exchange between the builder of the fort, Joaquim da Silva Coelho, and the governor of the capitania<sup>1</sup> Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, the Morgado of Mateus between 1766 and 1774.

---

<sup>1</sup> Old term used to name the land donated to those chosen by the Portuguese colonizers.

The approach adopted in this study made it possible the recovery of rich and unprecedented data about the edification process of Ponta das Canas Fort, allowing the resignification of the role of that majestic fortification in the defensive plans of action idealized for the region still in the XVIII century.

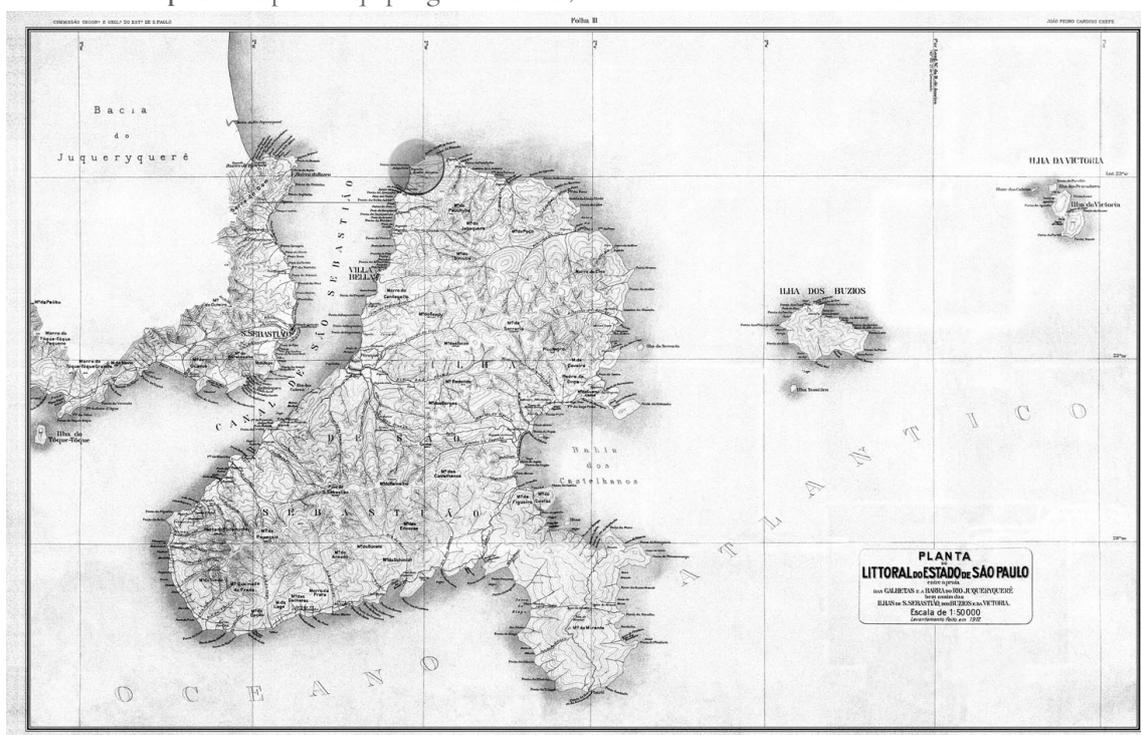
**Key-words:** Ilhabela-SP. Ponta das Canas Fort. History. Paleography. Mail.

## Introdução

O Forte de Ponta das Canas está localizado ao norte da Ilha de São Sebastião, a maior das ilhas que compõem o arquipélago e município de Ilhabela, no Litoral Norte Paulista (SEMA, 1989). A região de Ponta das Canas, como o próprio nome já diz, caracteriza-se pelo prolongamento do terreno formando uma ponta que se projeta sobre o Canal de Toque-Toque, braço de mar que divide Ilhabela do município de São Sebastião, no continente.

A fortaleza se encontra atualmente inserida dentro de propriedade particular a qual, afortunadamente, resguarda em seu interior a sede de um antigo engenho de cana e também um farol de sinalização costeira datado do início do século XX. A exuberância da casa-sede do antigo engenho envolta por amplos jardins e a presença do icônico farol na propriedade parecem querer distrair o observador da presença da muralha que se estende por boa parte da linha de costa, mas que de modo algum passa despercebida. Construída durante o período colonial, a Fortaleza de Ponta das Canas se alonga pelo terreno, exibindo recortes angulosos e grandes blocos rochosos entremeados de argamassa contendo conchas na composição.

Mapa 1 – Mapa do arquipélago de Ilhabela, destacada ao norte a área de Ponta das Canas



Fonte: (CREPE, 1912, fl.III).

Fotografia 1 – Parte da muralha do forte



Fonte: elaboração própria.

Sobre essa construção que remodela a paisagem ao norte da Ilha de São Sebastião, pouco se sabe. A história da edificação do Forte de Ponta das Canas nunca foi alvo de estudos acadêmico-científicos detalhados, e os poucos apontamentos existentes divergem significativamente sobre a data de início da obra, a forma de construção e uso da fortaleza. Os consagrados registros de Souza (1885) indicavam que a construção do forte havia sido iniciada em 1800 e destinada a possuir 18 peças de artilharia, mas que não havia sido concluída “por se ter reconhecido, que ficava isolado e sujeito a um golpe de mão” (SOUZA, 1885, p.117). Lamentando a raridade de informações sobre “as fortificações que nesta importante região do litoral paulista foram estabelecidas no início do século XVIII” (CALIXTO, 1936, p.23), Calixto afirmava que Ponta das Canas “era, incontestavelmente, uma das melhores fortificações estabelecidas no fim do século XVIII e princípios do século passado nesta importante região do nosso litoral norte paulista” (CALIXTO, 1936, p.37).

Já Almeida informava unicamente que a construção do Forte de Ponta das Canas foi iniciada, mas que “não chegou a ser concluído por falta de recursos” (1958, p.147)<sup>2</sup>. Esse mesmo autor indicava que a preocupação com a segurança das vilas litorâneas se viu aumentada na segunda metade do século

---

<sup>2</sup> A mesma afirmativa já constava de Almeida (1946) publicação bastante similar à supracitada datada de 1958 a qual compila diversos textos do autor sobre a região. Pela similaridade de conteúdo faço constar em nota.

XVIII, demandando a construção de fortalezas no canal de Toque-Toque (ALMEIDA, 1958), conforme pode se observar na carta escrita pelo governador da capitania em 3 de janeiro de 1767:

Em São Sebastião tenho dado princípio às fortificações das barras, já se está trabalhando em um dos quatro fortes que deve ter aquele porto nas pontas do canal que ali forma a ilha com a terra firme, mas da parte do norte é tão largo que não pode cruzar a artilharia, há de ficar um forte na ponta da ilha aonde os navios são obrigados a passar mais perto, porque da parte da terra é baixo (Documentos Interessantes, vol.23, p. 113 *apud* ALMEIDA, 1958, p. 135).

Não consta do documento, entretanto, a denominação da fortaleza em construção no ano de 1767.

Estudando fortificações oitocentistas, Camargo (2002) sugeriu que a Fortaleza de Ponta das Canas fora planejada no século XVIII com “obras paralisadas em, provavelmente, 1831” e envolvia “planos ambiciosos que não chegaram a se concretizar” (CAMARGO, 2002, p.72). Um ano depois, a publicação organizada por Mori (2003) apontava que a construção dessa fortaleza fora iniciada em 1770, devendo servir às ações de defesa da Armação de Baleia situada no norte da Ilha de São Sebastião. Mori sugeriu ainda que a “bateria nunca chegou a ser concluída” e que “dessa fortificação restaram poucos vestígios” (MORI, 2003, p. 218).

Ocorre que as ruínas do Forte de Ponta das Canas sobreviveram ao tempo, conforme registrado por França (1951) e posteriormente constatado por esta autora, em razão das pesquisas arqueológicas que efetuou no município. O estudo realizado por esta autora esteve centrado no entendimento do panorama da ocupação pré-colonial do arquipélago de Ilhabela, todavia incorporou a paleografia de documentos coloniais, trazendo à luz dados inéditos relacionados à extração de conchas para edificação do referido forte e a consequente destruição dos sambaquis<sup>3</sup> das áreas adjacentes a ele, resultando num novo entendimento sobre intensidade e permanência das populações sambaqueiras na região (BENDAZZOLI, 2014).

As informações obtidas sobre a construção do Forte de Ponta das Canas, no âmbito do referido estudo abarcavam, essencialmente, o aproveitamento das conchas retiradas de sambaquis para elaboração e uso da cal na obra do forte, os quais, naturalmente, representavam o enfoque da mencionada pesquisa. Dessa forma, o rico aporte documental levantado por esta autora mantinha parte de seu conteúdo informativo inexplorado no que tange aos demais processos envolvidos na construção da fortaleza. A documentação supracitada refere-se à troca de correspondência ocorrida, entre os anos de 1766 e 1774, entre o governador da capitania Luís Antônio de Sousa Botelho

---

<sup>3</sup> Sambaquis são sítios arqueológicos de finalidade funerária e ritualística construídos pelos povos pescadores-caçadores-coletores a partir da prática reiterada do acúmulo de conchas e demais vestígios faunísticos num mesmo local, podendo conferir ao sítio aspecto monumental.

Mourão, o Morgado de Mateus, e o administrador das obras da Fortaleza de Ponta das Canas Joachim da Silva Coelho, além de demais cartas de autoridades locais relacionadas à edificação do forte e datadas do mesmo período.

Face ao exposto e objetivando tecer sua contribuição para melhor entendimento da história de construção do Forte de Ponta das Canas, a presente pesquisa propõe nova abordagem investigativa sobre o tema em tela, dessa vez pautada no estudo detalhado da supramencionada documentação e seu conteúdo inédito. O referido acervo pertence à Fundação Biblioteca Nacional e compõe a coleção de manuscritos originais de Morgado de Mateus, os quais foram lidos e analisados, tendo sido priorizada a transcrição paleográfica dos documentos com maior potencial informativo e significância para a contextualização do período.

As transcrições realizadas para este trabalho estiveram pautadas nos preceitos teórico-metodológicos amplamente percorridos por Belloto (2002), Cruz (1987) e Villada García (1923), adotaram as Normas Técnicas para a Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos estabelecidas pela Convenção Brasileira, entre 1990 e 1993, e são apresentadas com adequação de pontuação e atualização ortográfica para melhor compreensão do conteúdo textual, dificultado pela complexa forma de grafia do original. No entendimento das abreviaturas presentes nos manuscritos, foram fundamentais as referências deixadas por Flexor (2008), Silva (1922) e Borges Nunes (1980/81).

O presente estudo considera e compreende que a documentação na qual se pauta retrata aspectos importantes da história da construção do forte, a qual traduz a visão de um estrangeiro sob o controle cotidiano e infalível de uma vila avessa às suas ações. Entende ainda que essa visão reclama todo seu contexto cronológico, econômico, social, entre outros. Mas compreendê-la e considerá-la, enquanto parte da história da construção do Forte de Ponta das Canas, representa importante passo no sentido de redesenhar a trajetória da edificação dessa majestosa fortaleza e ressignificar seu papel nos projetos de ação defensiva idealizados para a região no século XVIII; além de permitir recuperar informações relacionadas à vida cotidiana de Ilhabela colonial, especialmente no que tange às relações sociais envolvidas nessa edificação. Almeja-se que o presente estudo também possa contribuir para conscientização de todos quanto à necessidade de preservação das ruínas do Forte de Ponta das Canas.

## **O princípio da obra (1766)**

A história da construção do Forte de Ponta das Canas consta manifestada em documentos oficiais a partir de 1766, ano em que Julião de Moura Negrão, o Pai, era o capitão-mor, a maior autoridade da Vila de São Sebastião que, nessa época, incorporava o território insular do atual município de Ilhabela.

Em carta, datada de 06 de janeiro de 1766, Julião informava ao governador da capitania que a construção da fortaleza era interesse manifestado pela administração colonial, a qual havia requerido a realização de diligências ao norte da Ilha de São Sebastião, em local denominado Ponta das Canas, ou Ponta das Canavieiras, a fim de verificar as condições e adequabilidade da área para a construção do forte (NEGRÃO, 1766).

As diligências, coordenadas pelo capitão-mor com participação de demais oficiais da Câmara daquela vila, concluíram ser o referido local adequado para a construção de uma fortaleza com três ângulos, havendo área suficiente e água doce correndo ao pé do terreno, porém manifestavam preocupação com a qualidade das rochas e a falta da cal:

Cheguei a esta vila a 23 de dezembro, e logo requeri Câmara para efeito de dar cumprimento às ordens que Vossa Excelência me determina, a respeito da fortaleza na Ponta das Canas Vieira, e logo eu com oficiais dela fomos à dita Ponta das Canas examinar a capacidade do lugar, para a fundação da sobredita fortaleza, e achamos ser o lugar suficiente com todas as circunstâncias que exponho a Vossa Excelência.

Achamos ter do nível do mar ao terreno, de onde se há de formar as muralhas, seis varas de altura e tem capacidade a dita paragem de se fazer uma fortaleza com três ângulos, cada ângulo, com o comprimento necessário, pois a paragem é suficiente por ter bastante terreno e com água suficiente que corre ao pé do terreno; só sim, a dificuldade que lhe achei, é não ter pedras para obras, sem embargo de na dita paragem ter muitas, não só pela costa, como também pela terra dentro, porém, estas são seixos duríssimos que se não podem rebentar sem muita dificuldade e, dizem, não servem para obras; por se não vir com a cal e, só sim se poderá conduzir de outras partes, em barcas, distante de uma légua, porque de mais perto não há para obras (NEGRÃO, 1766, p.1).

Em 13 de março de 1766, Manoel Lopes da Ressurreição, oficial da Vila de São Sebastião, informava ao governador Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão sobre a ordem recebida para iniciar a construção de quatro fortalezas naquela vila, para a qual já tinha dado princípio à limpeza do terreno em Ponta das Canas, e

esta por se achar coberta de mato já se está pondo em limpeza para lhe conhecer o terreno a ver-se se poderão fincar paus para estacada, o que duvido, por ser aquela paragem estabelecida de lajedos de pedras por baixo de um palmo de terra que as cobre (RESSURREIÇÃO, 1766, p.1).

O mestre enviado para administrar as obras do forte em Ponta das Canas era o português Joaquim da Silva Coelho, oficial com posto de sargento que desempenhava a função de comandante do destacamento recém-criado na Vila de São Sebastião, conforme atestava o reverendo da mesma vila: “Joaquim da Silva Coelho, sargento, por comandante do destacamento, que aqui existe, e fabricante da fortificação, que se levanta na ponta da ilha” (JORGE, 1771, p.1). Joaquim chegou à Vila

de São Sebastião em agosto de 1766 para coordenar a execução da obra do forte, a qual já estava em andamento dirigida por um mestre não nominado nos manuscritos consultados (COELHO, 1766).

A partir de então, o administrador passa a remeter correspondências ao governador informando sobre o andamento das atividades, os avanços na construção, os problemas e as soluções encontradas. Os manuscritos deixados por Joachim são um mergulho no passado e na visão desse empreiteiro sobre a árdua tarefa de edificação daquela estrutura defensiva. O detalhamento de suas atividades laborais, da sua relação com os trabalhadores da obra e com a elite local, seus desentendimentos e conquistas compõem relatos riquíssimos e documentados ao longo de nove anos, na forma de registros e impressões.

A já principiada obra do forte não agradou o novo administrador que manifestou sua indignação dando detalhes de suas insatisfações ao governador, dentre elas, a inadequação das primeiras estruturas já edificadas:

Cheguei a esta Vila de São Sebastião a dar a execução às ordens de Vossa Excelência (...) o que logo me pus a caminho para ver o que se tinha feito, do que achei tudo muito pelo contrário do que Vossa Excelência quer, ainda mesmo isso que estava feito, tinham a Vossa Excelência mentido, e como visse o desbarate em que iam as coisas continuando-se, sem regra, e nem preceito (COELHO, 1766, p.1).

O início do trabalho do mestre português foi marcado pela edificação de novos alicerces “na cortina da parte de leste” (COELHO, 1766a, p.1), priorizando o uso de pedra e barro ao invés de pedra e cal como vinha sendo feito até então. Incluía, ainda, o nivelamento e a elaboração de prumo que, segundo o administrador, não havia na obra:

mandei continuar para adiante fazendo maiores alicerces, (...) a ser de pedra e barro, porque leva pedras muito grandes, a pouco barro, que o mestre é de tal qualidade que nem tinha um prumo para aprumar a parede, nem um nível para nivelar, uma planta forma, que tudo mandei fazer (COELHO, 1766, p.1).

A construção da fortaleza demandava a utilização de variados tipos de matéria-prima, em especial, a pedra, a madeira, o barro e a cal obtida da queima de conchas. De início, as rochas utilizadas na construção foram obtidas na própria área da edificação, o que causou descontentamento do mestre em razão da sua inapropriada remoção da linha costeira, ação que poderia resultar na facilitação do desembarque do inimigo (COELHO, 1766a). A edificação de alicerces ainda maiores implicou na crescente necessidade de extração de rochas, de modo que, já no primeiro ano de construção, a área de captação foi expandida para a região onde funcionava importante Armação de Baleias (ELLIS, 1969). Ali o mestre decidiu “tirar uma pouca de pedra ainda que não é como eu desejo, mais sempre me hei

de servir com ela por ser mais branda para a sapata do dito alicerce e cunhar dos ângulos, que achei perto da Armação distante da fortaleza cem braças” (COELHO, 1766b, p.2).

A utilização do barro também demandava uma série de atividades prévias, desde a localização das áreas de coleta, extração, transporte e preparação até a utilização final. Por ser elemento fundamental para a obra, a preocupação com as etapas do trato com o barro se mostra presente desde o princípio dela. O administrador logo manda fazer uma tábua de carregar para o pedreiro e solicitar que “me mandasse um dos oleiros, que não faltam no Carmo de Santos, sem serem cativos, para eu com este fazer tijolo e telha” (COELHO, 1766, p.3), além de providenciar “paragem em que trabalhe o oleiro, e bois, de graça para amassar o barro, sem que para isso gaste a Fazenda Real” (COELHO, 1766a, p.1). A madeira, elemento fundamental na execução dos trabalhos, também podia ser adquirida nas redondezas, a partir de investidas às áreas florestadas e, desse modo, o construtor pretendia “tirar toda a madeira que me for precisa, com ajuda de Deus, sem que nesta Sua Majestade gaste coisa alguma que para isso já separei os serradores” (COELHO, 1766, p.3).

Outra matéria-prima indispensável era a cal, e a preocupação com a existência de jazidas de conchas nas imediações já havia sido manifestada, antes mesmo do início da construção. Detalhamentos sobre a extração e produção da cal já foram apresentados em estudo anterior realizado por esta autora e não serão aqui retomados, mas especialmente abordados sua demanda, seu uso e sua importância no contexto de execução da obra e das relações sociais estabelecidas para tal fim. Cabe destacar que, já na primeira correspondência, o mestre português apontava a necessidade de viabilizar meio para transporte da cal proveniente de outras regiões como Caraguatatuba, na qual ele localizara depósitos de conchas que planejava explorar (COELHO 1766). Além da busca por sambaquis na região, os quais serviram como fonte de matéria-prima para a produção da cal, o mestre português também informava ter estabelecido contato com o padre Prior de Santos, a fim de receber remessas de conchas que o mesmo extraía “de suas ostreiras” sem custo algum (COELHO, 1766b, p.1). Para o transporte das conchas e demais tipos de materiais necessários à obra, a canoa foi um dos meios mais utilizados (COELHO, 1766), além de logo terem sido construídos carros, padiolas<sup>4</sup> e gamelas, facilitando o trânsito das matérias-primas extraídas de áreas mais distantes (COELHO, 1767).

Além da estruturação dos meios de transporte, em seu primeiro ano de atuação o construtor português já havia dado início à edificação de “ranchos para me recolher, e os soldados, que andam por semanas trabalhando; e para recolher a cal, e tijolo, e mais o tabuado que pretendo serrar para o que é preciso para a dita fortaleza, que tudo quero fazer sem fazer despesa a El Rey” (COELHO, 1766a, p.2).

---

<sup>4</sup> Espécie de tabuleiro retangular, com quatro varais, usado para transportar material de construção (<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/padiola/>). Acesso em: 12 mar. 2021.

A mão de obra para o trabalho de construção era escassa, formada apenas pela população pobre da vila a qual compunha as Companhias de Auxiliares e de Ordenanças, não havendo a participação dos grupos mais abastados e “os clamores dos pobres, é muito grande, e com muita razão; porque só eles é que têm trabalhado, que os ricos não têm mandado nem um sequer negro” (COELHO, 1766, p.2). A falta de trabalhadores para o serviço de construção era driblada com o remanejamento e redistribuição dos membros das Companhias de Auxiliares, na tentativa de angariar novos componentes para a força braçal (COELHO, 1766).

Não somente a mão de obra era escassa para a tarefa, mas, particularmente, registrava-se a falta de pessoas qualificadas para ofícios especializados, como o de pedreiro, oleiro e carpinteiro (COELHO, 1766a). Os poucos trabalhadores da obra, oriundos das Companhias de Auxiliares e Ordenanças, estavam desprovidos de fardamentos e ferramentas adequados ao serviço (COELHO, 1766a), e a alimentação deles também era motivo de preocupação do mestre português que solicitava ao governador:

me mande ordem para eu comprar o mantimento que for preciso para o pedreiro e caboqueiros para depois se descontar nos seus jornais, porque não me querem fiar sem ordem de Vossa Excelência e do Provedor da Fazenda Real e, assim, tem padecidos bastantes fomes (COELHO, 1766a, p.2).

### **Rancho para os soldados (1767)**

No ano de 1767, o construtor Joaquim da Silva Coelho informava ter recebido determinações do governador para a edificação de alicerces em pedra e cal, e não mais pedra e barro como vinha executando (COELHO, 1767). Também se manteve expandida a área de extração de rochas na Armação, conforme relatava o administrador: “em como por horas não trabalho nos alicerces com o pedreiro, pela razão de que está vindo a pesca das baleias, e como a cantaria que tiro é ao pé da Armação e, para esse tempo, é muito dificultoso o tirá-la” (COELHO, 1767b, p.1).

Seguia em grande avanço a construção do rancho para servir ao uso da obra, até que estivesse pronto o quartel:

e também estou acabando um rancho grande que por horas serve de neles se recolher tudo o que pertence a El Rey, e para a minha morada quando lá estou, que o depois há de servir de quartel enquanto se não faz o verdadeiro, pois, para isso, fiz fora da fortificação (COELHO, 1767, p.2)<sup>5</sup>.

Além de servir de morada, o rancho vinha garantindo com sucesso a estocagem segura da “cal, e tijolo, e telha, e o mais como são carros, e gamelas, e padiolas, e a ferramenta de El Rey, que tudo me fica fechado debaixo de chave; e as portas e portais servem ao depois tudo para o quartel verdadeiro” (COELHO, 1767a, p.1). O quartel, que segundo determinação do governador deveria ser “subterreno das muralhas”, ainda não havia sido construído, pois “hão de levar tempo a tirar o entulho, até ficar a terraplano, direito, para depois se fazer os quartéis” (COELHO, 1767a, p.1).

Nesse ano, além da escassez de mão de obra e da falta da farda, o administrador se queixava que os soldados adoeciam sem “haver nesta terra, um vomitório, nem uma purga, para se dar”, razão pela qual requeria “algum socorro da botica” (COELHO, 1767b, p.1). Tal situação fez com que o governador da capitania expedisse ordem ao capitão-mor da Vila de São Sebastião, determinando que trabalhassem todos, sem exceção, por si ou por seus escravos (COELHO, 1767). Entretanto, segundo o mestre português, a determinação não surtira muito efeito “porque tendo esta terra muitos escravos, depois que veio a ordem de Vossa Excelência não tem trabalhado nesta fortaleza senão 12 novos escravos” (COELHO, 1767, p.2). Dois índios oleiros da aldeia de São Miguel também passaram a trabalhar nas obras da fortaleza, enviados pelo governador da capitania para a produção de telhas e tijolos (COELHO, 1767a) e, segundo Joachim, produziam em média 150 telhas por dia, serviço pelo qual deveriam receber remuneração (COELHO, 1768a, p.1).

## A cadeia (1768)

No terceiro ano de obra, a necessidade de implosão de rochas demandou a presença de caboqueiros “pois todos os instantes se encontravam pedras, de tal grandeza, que se fazia preciso dar-lhe fogo” (COELHO, 1768b, p.2). A dificuldade de obtenção de matéria-prima para fabrico da cal vinha sendo temporariamente contornada com a exploração de conchas dos casqueiros da Baixada Santista. A solução, porém, não durou muito e logo se queixava o construtor da pouca cal vinda de Santos “e esta obra estar padecendo por falta de cal”, sendo necessário organizar investidas a Ubatuba na busca por jazidas (COELHO, 1768b, p.1).

---

<sup>5</sup> Notas marginais do governador neste documento: <quero pedra e cal e assim o disse já ao Capitão Fernando Leite>; <faz bem por o material perto>; <e estimo tenho prontos os aparelhos para o serviço da obra>; <o quartel é melhor fazê-lo logo no lugar que há de ficar por se não fazer 2 vezes> (COELHO, 1767, p.1).

Nesse ínterim, permanecia a fortaleza sem a força braçal necessária para a edificação, o que fez Joaquim da Silva Coelho desenvolver novas estratégias para garantir o andamento da obra. Tendo havido na pequena Vila de São Sebastião ato de crime recente, o mestre construtor se prontifica não somente a receber o preso, como também a providenciar uma cadeia na própria fortaleza para que ficassem os criminosos, servindo-se deles como força braçal:

(...) logo lhe escrevi dizendo-lhe que mo enviasse para eu o pôr em uma corrente, nesta Fortaleza, enquanto dava parte a Vossa Excelência, parecendo-me que nesta cadeia havia ferros para isso, e como os não há o tenho preso nesta mesma cadeia à ordem de Vossa Excelência para determinar com ele o que for servido; e se Vossa Excelência for servido a dar-lhe ao dito preso, esta fortaleza, por galés, quero que Vossa Excelência me mande algumas correntes, das que estão na Barra Grande, que eu amansarei a este sujeito, que de outra forma, senhor, não o posso ter solto; (...) eu bem careço ao menos de doze, presos de galés, que são seis correntes, para esta obra luzir mais para adiante, como já fiz esta representação pessoalmente a Vossa Excelência quando tive a honra de ir aos pés de Vossa Excelência, que eu ando cuidando em fazer uma casa de prisão nesta fortaleza, para eles, no caso de Vossa Excelência mos mandar (COELHO, 1768, p.1).

Nesse mesmo ano de 1768, o agricultor que fornecia farinha ao destacamento esgotou suas roças e encerrou sua produção, o que acarretou na falta de alimentos aos soldados que ali trabalhavam, levando o administrador da obra a embargar um carregamento do produto “que era de um rico que estava para se vender” (COELHO, 1768, p.2). Além disso, o mestre reclamava ao governador sobre a falta de luz na fortaleza resultante da escassez de lenha que os camaristas não lhe queriam fornecer e “está padecendo este destacamento sem luz, por esta lhe tirar o Provedor da Fazenda Real, sem lenha, porque a Câmara não quer cumprir com as ordens de Vossa Excelência e, agora, sem farinha, porque o povo lhes não quer dar” (COELHO, 1768c, p.1).

A esta altura, Joaquim da Silva Coelho estava certo da existência de um conluio armado por pessoas contrárias à obra para prejudicar o andamento dos trabalhos: “fico na diligência de ver se posso, com realidade, descobrir o chefe deste conluio e, tendo a certeza física dele, o remeterei a Vossa Excelência” (COELHO, 1768b, p.2). Não fosse isso, a chegada do capitão Fernando Leite<sup>6</sup> à Vila de São Sebastião para executar ordens do governador aumentou o desespero do mestre português que viu a obra completamente paralisada (COELHO, 1768c).

---

<sup>6</sup> Tudo indica tratar-se do capitão Fernando Leite Guimarães, oficial da Praça de Santos, enviado pelo governador para verificar o andamento e resolver as questões relativas à construção.

## Complô armado (1769)

No ano seguinte, Joachim da Silva Coelho retomou a construção do forte comunicando ao governador o estado em que se encontrava a fortaleza “porque senhor é tanto o mato, que tem crescido que mete medo” (COELHO, 1769, p.1). Para que a obra caminhasse sem sustos, o administrador solicitava o envio de dinheiro para a paga dos jornaleiros e também o envio das galés que “são muito precisas, nesta fortaleza, que para as ditas galés, e mais para as prisões, de Vossa Excelência, estou fazendo uma prisão conforme eu já expus, a Vossa Excelência” (COELHO, 1769, p.1).

A estratégia utilizada pelo administrador para o aumento da força braçal começou a surtir o efeito desejado quando a Vila de Ubatuba remeteu

dois presos para que eu tomasse conta deles nesta fortaleza, e os mandasse trabalhar nas galés até segunda ordem de Vossa Excelência, o que assim obrei, e os tenho ambos em uma corrente, junto com outro que também está preso por ordem do juiz desta vila; (...) ao que peço a Vossa Excelência me mande dar quatro a cinco correntes, (...) porque duas correntes que tenho os ditos presos não são suficientes para eles andarem trabalhando, porque são de pescoço, não são própria para galés (COELHO, 1769a, p.1).

A importância dada pelo administrador à construção da prisão para aquisição de mão de obra só não superava a importância da disponibilidade da cal para a edificação. Por essa razão, Joachim justificava não ter acabado “a casa de prisão porque ando fazendo a cava para fazer o forno para se fazer a cal” (COELHO, 1769a, p.1). Permanecia, porém, a preocupação com a falta desse material na obra, “pois a demora dela não estar adiantada foi porque me retardavam com a cal de Santos” (COELHO, 1769b, p.1 e 2).

Sentindo-se boicotado pelos camaristas em suas remessas da cal e pela impertinente presença do capitão Fernando Leite, e ainda convencido da existência de um complô armado contra a execução da obra – no qual caberia especial participação dos membros da antiga composição da Câmara –, Joachim requeria ao governador o devido castigo aos antigos camaristas: “o que digo a Vossa Excelência é que a Câmara que acabou merece ser castigada, porque estes cuidavam muito, com certeza, a derrubar tanto a esta obra, como este destacamento” (COELHO, 1769b, p.1).

## Correntes de pescoço (1770)

No quarto ano de construção do forte, o mestre português noticiava já estar em atividade a cadeia da Fortaleza de Ponta das Canas, construída na forma de calabouço:

o Capitão Mor da Vila de Ubatuba me remeteu preso um soldado desertor da cidade do Rio de Janeiro, (...) o qual fica preso neste calabouço desta fortaleza, e preso em uma corrente não própria para trabalhar nas galés, por ser esta de pescoço; mas como eu o não quero ter vadio, o faço trabalhar com a mesma corrente, até segunda ordem de Vossa Excelência (COELHO, 1770, p.1).

No rancho se estocou muita cal produzida a partir da exploração dos sambaquis da região, além de haver óleo, saibro e pedra pronta, o que faria um grande avanço à construção, não fosse o fato de o mestre ter contraído “uma grande moléstia na barriga, que dizem muitos que não seja barriga de água, mas eu assim mesmo vou lidando como posso” (COELHO, 1770a, p.1). Joaquim da Silva Coelho também ia lidando como podia com a presença do capitão Fernando Leite, que permanecia na vila sob as ordens do governador (COELHO, 1770a) e, nos cinco meses que se seguiram, estiveram novamente paradas as obras da fortaleza (COELHO, 1770c).

Ao retomá-las, o administrador recorreu à Câmara na tentativa de angariar mão de obra para o serviço, mas seguia em desespero externando ao governador suas queixas a respeito do juiz da vila:

porque eu bem disse a Vossa Excelência que este juiz era oposto a todas as determinações do governo de Vossa Excelência, e que merecia ser castigado, (...) que enquanto Vossa Excelência não castigar um há de haver estas discórdias, e a obra padece; Vossa Excelência tem uma prisão nesta fortaleza para amansar a rebeldes (COELHO, 1770b, p.1 e 2).

## Tempos de guerra (1771)

No ano de 1771, lamentava o construtor as pausas e demora na execução da obra, mas também indicava os avanços conseguidos, “pois já fica feito de altura de muralha, e grossura, cento e cinquenta palmos, e com o cordão em cima e a cortina principal que tem cento e quarenta palmos, já está na altura de seis palmos de muralha, toda já soterrada por detrás” (COELHO, 1771, p.1). A extração de rochas seguia a passos largos, e o administrador enviava ao governador amostras do que encontrava “também remeto a Vossa Excelência por esse camarada umas par de pedras, não tiradas, na pedreira chamada, porque andei lá com sete pessoas, a fazer socavões” (COELHO, 1771, p.2).

Nesse ano chegou às mãos do mestre português correspondência do governador da capitania informando sobre a possibilidade de guerra entre a Espanha e a Inglaterra, para a qual ele deveria estar preparado e com as armas limpas e asseadas, informando também o envio de um soldado para certificar sobre as providências tomadas para defesa (COELHO, 1771a). A esta carta Joachim respondeu que os auxílios e demandas que havia apresentado ao governador não haviam sido atendidos e que, sendo recomendado que tudo aprontasse para o que pudesse acontecer, deveria o governador atendê-lo, pois

outras Companhias de Auxiliares desta vila não podem estes, nem este destacamento, fazerem operação alguma sem mantimento para as armas, que é pólvora e bala, do que muito careço para toda prevenção tanto presente, como futura (COELHO, 1771a, p.2).

Os atrasos e as paralisações que prejudicavam o andamento da obra, a iminência da guerra e a constante dificuldade no relacionamento com as autoridades da Vila de São Sebastião faziam da finalização da construção uma verdadeira saga para Joachim da Silva Coelho:

não ficando no esquecimento esta obra da fortaleza, do que agora se carece acabá-la com pressa, porque da forma que ela está, está muito perigosa e eu vou lidando com ela como posso; porque de todo, os juizes não dão execução às ordens de Vossa Excelência, porque me não dão gente e Vossa Excelência, sem querer castigar a estes insolentes, que cada vez está esta vila mais embaralhada, dos que já a Vossa Excelência tenho dado parte e, veja Vossa Excelência, que os presos certamente morrem de fome, porque o capitão-mor me está fazendo deles e deles [sic], e me disse que até não havia de dar mais o pão de munição<sup>7</sup>; senhor se não houver algum exemplo, não há de haver temor, eu é que estou padecendo e pedindo a Vossa Excelência socorro, e Vossa Excelência me não acode, o que espero em Vossa Excelência a que me acuda pelas chagas de Nosso Senhor (COELHO, 1771a, p.2).

Preocupado por estar no meio do caminho entre o litoral da Bahia, do Rio de Janeiro e de Buenos Aires, locais onde se havia noticiado presença massiva de naus estrangeiras, o mestre português suplicava auxílio com a mão de obra para finalização do fechamento das muralhas:

Assim, senhor, à vista destas novas, eu fico no meio do caminho, peço a Vossa Excelência me socorra e, com esta nova face, preciso a Vossa Excelência apertar esta gente a que venham trabalhar nesta fortaleza, ao menos para fechá-la em roda, e cavalgar<sup>8</sup>-lhe algumas peças (COELHO, 1771a, p.3).

---

<sup>7</sup> Pão de munição = fabricado com farinha grosseira, usado como alimento para os soldados (<https://michaelis.uol.com.br/palavra/RQeAZ/p%C3%A3o/>). Acesso em: 12 mar. 2021.

<sup>8</sup> Pôr ou estar a cavaleiro (<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/cavalgar/>). Acesso em: 12 mar. 2021.

As preparações para a defesa do território incluíram a construção de carretas para duas peças de artilharia que o forte passou a possuir:

fico na diligência de ver se posso tirar alguma madeira para fazer duas carretas para as duas pecinhas que eu aqui tenho, e faz-se preciso para elas pólvora e bala, e, juntamente, Vossa Excelência ordenar aos capitães das Companhias, tanto Auxiliares, como das Ordenanças, a que destaquem para esta fortaleza, cada mês, uma esquadra, para os ir instruindo no manejo da artilharia, tanto a carregar e descarregar, diminuir a carga, e refrescar a peça, que é muito necessário senão, se houver alguma operação, não se sabendo estas operações, vai tudo perdido (COELHO, 1771a, p.2).

O construtor também solicitava mais cinco peças de artilharia para o forte: “Vossa Excelência que seja servido mandar para esta fortaleza cinco, com duas que aqui estão fazem a conta de sete, por enquanto” (COELHO, 1771c, p.2).

Nesse ínterim, os conflitos entre Joachim da Silva Coelho e a população local só aumentavam, tendo o mestre arrumado querelas com o vigário por ter encarcerado no forte um criminoso local (COELHO, 1771b). Dizia o administrador da obra que o padre considerava que ele “merecia ser enforcado por causa da fortaleza, e vexame que com ela fazia ao povo, (...) e não satisfeito disto fez com que o juiz fosse ao quartel repreender-me, e logo ele, dito vigário, com uma faca na algibeira com a qual me foi tomar satisfação” (COELHO, 1771b, p.1).

O administrador ainda acusava o juiz de influenciar nas decisões da Câmara, fazendo com que a mesma não providenciasse mão de obra necessária à construção, a qual era realizada, segundo ele, com os poucos criminosos encarcerados que abrigou na fortaleza (COELHO, 1771b). Segundo Joachim, os próprios camaristas haviam escrito ao vice-rei “para mandar parar com a obra”, e o juiz influenciava ao padre “Domingos da Costa Ribeiro não consinta nas suas terras e olaria fazer-se telha e tijolo para a obra”, além de informar ter sido ameaçado pelo juiz que dizia “publicamente que quando me não possa por outro meio lançar-me fora desta vila, que me há de mandar dar com um pau” (COELHO, 1771b, p.1).

Padecia o construtor em suas relações sociais e políticas com a elite da Vila de São Sebastião de modo que, desde o princípio da obra, já havia se desentendido com o sargento-mor, juiz, o capitão Fernando Leite, os camaristas, o vigário e agora acusava o capitão-mor da Vila de São Sebastião de servir de mecenas ao vigário “esquecendo-se do espiritual, entremeando-se em todo temporal” (COELHO, 1771b, p.2). Não havendo solução em vista para encerramento do conflito entre o construtor e a elite local, o administrador seguia utilizando força braçal composta por prisioneiros, alguns poucos jornaleiros e índios oleiros, os quais passaram a acompanhá-lo nas suas investidas na busca por conchas para cal (COELHO, 1771c) e, dessa forma, o construtor solicitava ao governador o

envio de “quinze, ou vinte índios, possantes e desse Vossa Excelência o tostão aos índios, e do tostão podem comer” (COELHO, 1771c, p.1).

### A fuga dos índios (1772)

Em 1772, os conflitos, como um todo, continuavam não resolvidos, sendo o juiz e os camaristas permanentemente acusados pelo administrador de agirem contra a realização da obra que, nesse ano, recebia o brigadeiro José Custódio<sup>9</sup> em vistoria (COELHO, 1772a). Joaquim da Silva Coelho também havia sido agraciado pelo governador com a patente de sargento do número (COELHO, 1772c), mas seu calvário nas obras da fortaleza seguia em curso.

Nesse ano, os indígenas passaram a constituir significativa parcela da mão de obra do forte (COELHO, 1772), mas, ao retornar de uma expedição à Vila de Ubatuba a ver jazidas de conchas e fazer exercícios à Companhia de Auxiliares, o administrador achou falta de seis índios oriundos das aldeias de São Miguel, Nossa Senhora da Ajuda e Itapeçerica “e só ficaram três, com cinco presos, e eu que trabalho igualmente com eles nesta fortaleza, e não sei como há de esta obra ir para diante” (COELHO, 1772b, p.2). Em desespero, o mestre construtor afirmava que os indígenas haviam fugido por preguiça de trabalhar, entretanto passa a requerer do governador o envio de outros dez para continuidade dos trabalhos (COELHO, 1772b).

### A fuga dos presos (1774)

Em 1774, Joaquim da Silva Coelho seguia com suas explorações pela região, em busca das jazidas de conchas, “deixando os presos trabalhando para adiante no alicerce da muralha da parte do portão, (...) pois estou aqui em um porto aberto” (COELHO, 1774, p.2). Nesse ínterim, o governador da capitania ordenava que o mestre português removesse todo o destacamento que ele organizara na Vila de Ubatuba e também o que trabalhava na fortaleza, deixando a cargo dos capitães das Companhias de Auxiliares e Ordenanças da Vila de São Sebastião angariar trabalhadores para continuidade da obra (COELHO, 1774). Desse modo, a construção do forte seguia executada somente pelos presos, enquanto o administrador planejava receber do governador oito indígenas e um carpinteiro para fazer

---

<sup>9</sup> O manuscrito possivelmente faz referência ao brigadeiro José Custódio de Sá e Faria, engenheiro militar português.

carretas para as duas peças de artilharia, um carro para conduzir pedras da cantaria e terminar a muralha, pois estava “acabando de sorer<sup>10</sup> a cortina da parte de leste com a cal” (COELHO, 1774, p.1).

Todavia, ao retornar de uma viagem à Vila de São Sebastião, o mestre construtor achou “falta uma corrente que, por descuido e pouco cuidado do cabo e sentinelas, deixaram fugir a dita corrente” e com ela os presos que mantinha na fortaleza, de modo que Joachim mandou “prender o dito cabo, e sentinelas, os quais ficam presos neste calabouço até nova determinação de Vossa Excelência” (COELHO, 1774a, p.1). O mestre informava ter feito todas as diligências possíveis para recuperar os foragidos, “mas não é possível, toda a diligência é baldada nesta terra, porque todos são traidores e contrários às disposições de Vossa Excelência” (COELHO, 1774a, p.1).

O mestre português desabafava não poder estar sempre na fortaleza a olhar os trabalhadores, pois precisava sair em busca de material para a obra. Além disso, Joachim da Silva Coelho relatava ao governador que o capitão-mor não mais forneceria a farinha de mandioca aos trabalhadores da fortaleza “porque Vossa Excelência lhe não pagava” (COELHO, 1774a, p.2). E assim ficavam as obras da fortaleza sem presos, indígenas ou homens do destacamento para trabalhar, sem farinha para alimentação, sem carpinteiro, sem oleiro, mas, ironicamente, com bastante cal feita das conchas que o mestre português localizara nas suas idas a Caraguatatuba (COELHO, 1774a). O lamento do administrador era intensificado pela notícia de sua moléstia “pois a minha ferida da frente, já me vai lavado<sup>11</sup> tanto que já me vem à maçã do rosto, que antes quero padecer, como padeço, do que deixar o serviço de Vossa Excelência” (COELHO, 1774a, p.2) e clamava ao governador:

(...) pelo amor de Deus seja servido a mandar-me meu irmão visto este estar, segundo a notícia que tenho, em bel do serviço na Praça e, pela moléstia que padeço, ao menos fica na minha ausência fazendo as minhas vezes e sempre terá mais vigilância, e senão pagará os seus descuidos (COELHO, 1774a, p.1).

Os documentos analisados no âmbito do presente estudo não permitiram concluir se a edificação da fortaleza continuou conduzida pela administração do mestre Joachim da Silva Coelho por mais algum tempo, ou se recebeu apoio do irmão do construtor, conforme desejo manifestado por ele. O último documento identificado e analisado no âmbito da presente pesquisa indica que Afonso Botelho

---

<sup>10</sup> “*Sorer*” possível referência à “*sorear*” = entupir (Disponível em: <https://www.dicio.com.br/sorear/>). Acesso em: 12 mar. 2021.

<sup>11</sup> “*Lavando*” possível referência a “*lavando*” = passando por (<https://dicionario.priberam.org/lavando>). Acesso em: 12 mar. 2021.

de Sampaio e Sousa<sup>12</sup> esteve em visita ao forte, no ano de 1774, e expediu solicitação de material ao governador para continuidade da obra (SOUSA, 1774).

## Considerações finais

A localização, transcrição paleográfica e análise das correspondências, trocadas ao longo de quase uma década entre o governador da capitania e o mestre português Joaquim da Silva Coelho e também com autoridades da Vila de São Sebastião, permitem afirmar que a Fortaleza de Ponta das Canas foi a primeira a ser construída na Ilha de São Sebastião. Sua edificação foi iniciada em 1766 por determinação do governador da capitania, precedida de diligência realizada pelo capitão-mor da Vila de São Sebastião Julião de Moura Negrão, o Pai, e demais autoridades da mesma localidade, as quais atestaram, com ressalvas, a viabilidade da execução da obra no referido local.

A construção do Forte de Ponta das Canas, na região norte da Ilha de São Sebastião, deveria servir à defesa da Vila de São Sebastião e do território sob sua jurisdição, o qual também compreendia a porção insular atualmente pertencente ao município de Ilhabela. A entrada de embarcações pela Barra do Leste prescindia de aproximação à linha de costa abrangida pela região da Ponta das Canas, a qual dispunha de profundidade suficiente, ao contrário da mesma zona marítima situada na face oposta do canal de São Sebastião próxima ao continente, conforme revelaram as correspondências trocadas à época. Dessa forma, a Ponta das Canas ou das Canavieiras, como também era chamada, foi considerada local estratégico para a construção do forte, pois possibilitaria o ataque às embarcações inimigas que eram obrigadas a passar próximas a ela.

Apesar disso, a presença de rochas de difícil extração na localidade e a inexistência de jazidas próximas para exploração e produção da cal foram aspectos apontados na diligência como dificultadores do processo de edificação. Tal condição se viu confirmada nas correspondências trocadas ao longo dos anos de construção da fortaleza, sendo necessário expandir as áreas de captação de rochas para regiões adjacentes como a Praia da Armação, e a exploração de sambaquis para a bacia do Rio Juqueriquerê, para a região de Caraguatatuba, Ubatuba e também na Baixada Santista, resultando em enorme impacto aos sítios arqueológicos dessa macrorregião, conforme já apontado por esta autora (BENDAZZOLI, 2014).

---

<sup>12</sup> O português Afonso Botelho de Sampaio e Sousa era primo e homem de confiança de Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, o Morgado de Mateus. Em 1766 foi para a Praça de Santos e passou a ocupar o posto de ajudante de ordens do governador. Foi responsável pela edificação de diversas fortalezas (RIBEIRO, 2016).

A edificação foi feita em pedra e cal por determinação e insistência do governador da capitania, e a fortaleza chegou a possuir certamente, ao menos, duas peças de artilharia. Um quartel definitivo para o forte estava nos planos de construção, todavia a análise dessa documentação não permitiu confirmar que o mesmo tenha sido efetivamente edificado ao longo dos nove anos de obras administradas por Joaquim da Silva Coelho. Por outro lado, o presente estudo revela que a primeira prisão existente na Ilha de São Sebastião foi construída pelo mestre português na forma de um calabouço na própria Fortaleza de Ponta das Canas, tendo mantido ali presos em correntes de pescoço.

A força braçal utilizada na edificação da fortaleza era formada pelos soldados que compunham o destacamento comandado por Joaquim da Silva Coelho, além de prisioneiros, escravos e indígenas. Estes últimos foram trazidos dos aldeamentos existentes em território paulista, especialmente para a produção de tijolos e telhas, mas, no decorrer da obra, atuaram em outras frentes como a própria edificação do forte e expedições na busca pelas jazidas de concha. A dificuldade para aquisição de mão de obra, especializada ou não, foi um dos fatores que mais contribuiu para a falência dessa empreitada levada a cabo pelo mestre português, só não tendo superado as constantes intrigas e desavenças que permearam as relações estabelecidas entre o administrador da obra e a elite local. Além disso, a disponibilização gratuita de produtos, serviços ou mão de obra para poupar os cofres de “El Rey” não parece ter sido considerada recompensadora para a elite local naquele momento, mesmo diante da necessidade de estruturação das defesas militares para a região.

A análise da documentação deixa claro que a falta de entendimento, entre o mestre português e as principais autoridades da Vila de São Sebastião, resultou em enormes dificuldades para o andamento da obra e, somada à moléstia adquirida pelo construtor, parece ter sido fator determinante para que o mesmo propusesse a continuidade da administração sob o comando de seu irmão. Para além das dificuldades narradas pelo mestre português, debruça-se sobre ele o mérito da árdua tarefa de edificação da Fortaleza de Ponta das Canas, bem como coube a Joaquim da Silva Coelho importante papel de comandante do destacamento da Vila de São Sebastião, além de ter organizado e treinado tropas também na Vila de Ubatuba.

## Referências bibliográficas

- ALMEIDA, A.P. Memória Histórica sobre São Sebastião. **Revista do Arquivo do Estado de São Paulo**, p. 07-227, 1958.
- ALMEIDA, A.P. Da ação dos piratas e fortificações do litoral. **Revista do Arquivo Municipal**, v. CIX, p. 07-21, 1946.
- BELLOTO, H.L. Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo. **Como Fazer**, v. 8. Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado de S. Paulo, 2002.
- BENDAZZOLI, C.O **panorama da ocupação sambaqueira no arquipélago de Ilhabela, SP**. Tese de Doutorado. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo – MAE/USP. São Paulo, SP, 2014.
- BORGES NUNES, E. **Abreviaturas paleográficas portuguesas**. 3ª edição, Lisboa, Portugal, 1980/81.
- CALIXTO, B. Memória Histórica: As fortalezas de São Sebastião e os meios de defesa desse porto de 1720 em diante. **Revista do Arquivo Municipal de São Paulo**, v. XIX, p. 23-39, 1936.
- CAMARGO, P.B.de **Arqueologia das fortificações oitocentistas da planície costeira Cananéia/Iguape, SP**. Dissertação de Mestrado. Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo – MAE/USP. São Paulo, SP, 2002.
- COELHO, J.S. **Carta ao governador Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, tratando de assuntos referentes às obras de construção da Fortaleza de Ponte das Canas na Barra da Vila de São Sebastião**. São Sebastião: [s.n.], 12/08/1766. 4p., Orig. Manuscrito I-30,10,025n°001, Fundação Biblioteca Nacional, RJ, 1766.
- COELHO, J.S. **Carta ao governador Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, tratando do andamento das obras de construção da Fortaleza de Ponte das Canas da Barra da Vila de São Sebastião**. São Sebastião: [s.n.], 25/09/1766. 3p., Orig. Manuscrito I-30,10,025n°002, Fundação Biblioteca Nacional, RJ, 1766a.
- COELHO, J.S. **Carta ao governador Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, tratando da falta de cal para a continuação das obras de construção da fortaleza de São Sebastião**. São Sebastião: [s.n.], 02/10/1766. 2p., Orig. Manuscrito I-30,10,025n°003, Fundação Biblioteca Nacional, RJ, 1766b.
- COELHO, J.S. **Carta ao governador Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, tratando de assuntos referentes à construção de fortalezas e de problemas com seu destacamento**. São Sebastião: [s.n.], 07/01/1767. 3p., Orig. Manuscrito I-30,10,025n°004, Fundação Biblioteca Nacional, RJ, 1767.

- COELHO, J.S. **Carta ao governador Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, tratando de assuntos referentes às obras da fortaleza daquela vila e do exercício diário de seu destacamento.** São Sebastião: [s.n.], 11/02/1767. 2p., Orig. Manuscrito I-30,10,025n°005, Fundação Biblioteca Nacional, RJ, 1767a.
- COELHO, J.S. **Carta ao governo Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, tratando das dificuldades encontradas durante a construção de uma fortaleza, e pedindo vomitório para alguns soldados doentes.** São Sebastião: [s.n.], 24/04/1767. 2 p., Orig. Manuscrito I-30,10,025n°007, Fundação Biblioteca Nacional, RJ, 1767b.
- COELHO, J.S. **Carta ao governador Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, relatando uma prisão, e as providências tomadas quanto à falta de farinha para alimentação do destacamento.** São Sebastião: [s.n.], 20/02/1768. 2p., Orig. Manuscrito I-30,10,025n°009, Fundação Biblioteca Nacional, RJ, 1768.
- COELHO, J.S. **Carta ao governador Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, remetendo conta da produção da olaria e dando informações sobre os índios que lá trabalhavam.** São Sebastião: [s.n.], 19/03/1768. 2 p., Orig. Manuscrito I-30,10,025n°010, Fundação Biblioteca Nacional, RJ, 1768a.
- COELHO, J.S. **Carta ao governador Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, comunicando estar de partida para Ubatuba, a fim de colher cascas para fazer cal e pedindo outro caboqueiro.** São Sebastião: [s.n.], 08/05/1768. 3 p., Orig. Manuscrito I-30,10,025 n°011, Fundação Biblioteca Nacional, RJ, 1768b.
- COELHO, J.S. **Carta ao governador da Capitania de São Paulo, Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, pedindo ordens quanto a parar ou não as obras, e tratando dos problemas de abastecimento do destacamento.** São Sebastião: [s.n.], 09/10/1768. 2p., Orig. Manuscrito I-30,10,025n°013, Fundação Biblioteca Nacional, RJ, 1768c.
- COELHO, J.S. **Carta ao governador da Capitania de São Paulo, Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, tratando de assuntos referentes às obras de construção daquela fortaleza e dando parte de querela ocorrida entre um soldado e um escravo.** Fortaleza das Pontes das Canas da Vila de São Sebastião: [s.n.], 14/02/1769. 3p., Orig. Manuscrito I-30,10,025n°014, Fundação Biblioteca Nacional, RJ, 1769.
- COELHO, J.S. **Carta ao governador da Capitania de São Paulo, Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, pedindo correntes para presos, e tratando de assuntos referentes à obra.** São Sebastião: [s.n.], 01/03/1769. Orig. Manuscrito I-30,10,025 n°015, Fundação Biblioteca Nacional, RJ, 1769a.
- COELHO, J.S. **Carta ao governador da Capitania de São Paulo, Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, dando parte de problemas relativos à mostra do destacamento e do andamento das obras da fortaleza.** Fortaleza da Ponte das Canas da Barra de São Sebastião: [s.n.], 30/03/1769. 3p., Orig. Manuscrito I-30,10,025 n°016, Fundação Biblioteca Nacional, RJ, 1769b.

- COELHO, J.S. **Carta ao governador da Capitania de São Paulo, Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, tratando da falta de correntes para as galés da fortaleza e das obras de construção da mesma.** Vila de São Sebastião: [s.n.], 02/01/1770. 2p., Orig. Manuscrito I-30,10,025n°019, Fundação Biblioteca Nacional, RJ, 1770.
- COELHO, J.S. **Carta ao governador da Capitania de São Paulo, Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, protestando contra a requisição dos soldados que o ajudavam na obra de construção da fortaleza daquela vila.** São Sebastião: [s.n.], 24/05/1770. 2p., Orig. Manuscrito I-30,10,025n°022, Fundação Biblioteca Nacional, RJ, 1770a.
- COELHO, J.S. **Carta ao governador da Capitania de São Paulo, Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, tratando das dificuldades encontradas na conclusão da obra da fortaleza.** Fortaleza da Ponte das Canas da Vila de São Sebastião: [s.n.], 25/11/1770. 2p., Orig. Manuscrito I-30,10,025n°023, Fundação Biblioteca Nacional, RJ, 1770b.
- COELHO, J.S. **Carta ao governador da Capitania de São Paulo, Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, tratando das dificuldades para a condução das obras da fortaleza.** Fortaleza da Ponte das Canas, 05/12/1770. 2 p., Orig. Manuscrito I-30,10,025n°024, Fundação Biblioteca Nacional, RJ, 1770c.
- COELHO, J.S. **Carta ao governador da Capitania de São Paulo, Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, tratando de assuntos referentes às obras da fortaleza, e pedindo que mandasse os presos em correntes de pé, pois as estava necessitando para as galés.** Fortaleza da Ponte das Canas da Barra da Vila de São Sebastião: [s.n.], 16/01/1771. 3p., Orig. Manuscrito I-30,10,025n°025, Fundação Biblioteca Nacional, RJ, 1771.
- COELHO, J.S. **Carta ao governador da Capitania de São Paulo, Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, tratando de assuntos referentes à organização do destacamento, más condições da fortaleza e notícias de naus estrangeiras no litoral.** Fortaleza da Ponte das Canas da Vila de São Sebastião: [s.n.], 06/03/1771. 3p., Orig. Manuscrito I-30,10,025n°027, Fundação Biblioteca Nacional, RJ, 1771a.
- COELHO, J.S. **Carta ao governador da Capitania de São Paulo, Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, tratando de um desentendimento com o vigário por causa de um preso.** São Sebastião: [s.n.], 05/05/1771. 3 p., Orig. Manuscrito I-30,10,025n°028, Fundação Biblioteca Nacional, RJ, 1771b.
- COELHO, J.S. **Carta ao governador da Capitania de São Paulo, Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, comunicando a morte de um soldado e tratando de assuntos referentes às obras e do estado das galés da fortaleza.** Fortaleza da Ponte das Canas da Barra da Vila de São Sebastião: [s.n.], 29/06/1771. 2 p., Orig. Manuscrito I-30,10,025n°029, Fundação Biblioteca Nacional, RJ, 1771c.
- COELHO, J.S. **Carta ao governador da Capitania de São Paulo, Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, tratando do lançamento de um bando, da falta de gente para a obra, e remetendo relação dos presos daquela fortaleza.** Fortaleza da Ponte das Canas da Barra da

Vila de São Sebastião: [s.n.], 08/04/1772. 2p., Orig. Manuscrito I-30,10,025n°030, Fundação Biblioteca Nacional, RJ, 1772.

COELHO, J.S. **Carta ao governador da Capitania de São Paulo, Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, tratando da visita do brigadeiro José Custódio de Sá e Faria e do andamento da obra da fortaleza.** Fortaleza da Ponte das Canas da Barra de São Sebastião: [s.n.], 26/05/1772. 2p., Orig. Manuscrito I-30,10,025n°031, Fundação Biblioteca Nacional, RJ, 1772a.

COELHO, J.S. **Carta ao governador da Capitania de São Paulo, Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, tratando da busca de casca para a produção de cal, da vistoria de duas companhias de auxiliares e dando parte da falta de seis índios.** Fortaleza da Ponte das Canas da Barra da Vila de São Sebastião: [s.n.], 30/06/1772. 3p., Orig. Manuscrito I-30,10,025n°032, Fundação Biblioteca Nacional, RJ, 1772b.

COELHO, J.S. **Carta ao governador da Capitania de São Paulo, Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, agradecendo sua nomeação para o posto de sargento do número e dando notícias sobre a obra da fortaleza.** Fortaleza da Ponte das Canas da Barra de São Sebastião: [s.n.], 07/10/1772. 3p., Orig. Manuscrito I-30,10,025n°033, Fundação Biblioteca Nacional, RJ, 1772c.

COELHO, J.S. **Carta ao governador da Capitania de São Paulo, Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, tratando da substituição, no serviço da fortaleza, de soldados pagos por gente da terra e dando notícias da obra.** Fortaleza da Ponte das Canas da Barra da Vila de São Sebastião: [s.n.], 23/10/1774. 2p., Orig. Manuscrito I-30,10,025n°036, Fundação Biblioteca Nacional, RJ, 1774.

COELHO, J.S. **Carta ao governador da Capitania de São Paulo, Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, tratando do desaparecimento de uma corrente, da ereção de uma nova vila, e comunicando haver escrito várias vezes ao ajudante Raimundo José de Sousa sem receber resposta.** Fortaleza da Ponte das Canas da Barra da Vila de São Sebastião: [s.n.], 01/07/1774. 3p., Orig. Manuscrito I-30,10,025n°037, Fundação Biblioteca Nacional, RJ, 1774a.

CREPE, J.P.C. **Planta do Littoral do Estado de São Paulo entre a Praia das Galhetas e a Barra do Rio Juqueryquerê bem assim das ilhas de São Sebastião, dos Búzios e da Victória.** São Paulo: Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo. Escala 1:50.000, fl.III, 1912, il., p&b.

CRUZ, A. **Paleografia Portuguesa: Ensaio de Manual.** Porto, Portugal, 1987.

ELLIS, M. **A baleia no Brasil Colonial.** São Paulo: Ed. Melhoramentos - EDUSP, 1969.

FLEXOR, M.H.O. **Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX.** 3ª Edição, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

- FRANÇA, A. **A Ilha de São Sebastião: estudo de geografia humana**. Tese (Concurso à Cadeira de Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1951.
- JORGE, M. **Carta ao governador da Capitania de São Paulo, Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, pedindo providências contra o sargento-comandante Joaquim da Silva Coelho, por atitudes injustas e arbitrárias**. Vila de São Sebastião: [s.n.], 03/05/1771. 2p., Orig. Manuscrito I-30,14,005n°002, Fundação Biblioteca Nacional, RJ, 1771.
- MORI, V.H **Arquitetura militar. Um panorama histórico a partir do Porto de Santos**. Org. Vitor Hugo Mori; Carlos A. Cerqueira Lemos; Adler Romero F de Castro. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Fundação Cultural Exército Brasileiro, 2003.
- NEGRÃO, J.M **Carta de Julião de Moura Negrão, capitão-mor da Vila de São Sebastião, ao governador Luis Antônio de Sousa Botelho Mourão tratando de assuntos referentes à construção da fortaleza da Ponta das Canavieiras na Barra da Vila de São Sebastião**. Vila de SS. (06/jan/1766) – 2p. Original Manuscrito I-30, 14, 26, n.1, Fundação Biblioteca Nacional, RJ, 1766.
- NORMAS Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos (1993). 2ª Ed. Comissão de Sistematização e Redação do II Encontro Nacional de Normatização Paleográfica, São Paulo.
- RESSURREIÇÃO, M. L **Carta de Manoel Lopes da Ressurreição ao governador Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão tratando da ordem recebida para iniciar a construção das quatro fortalezas daquela vila**. Vila de SS. (13/mar/1766) – 1p. Original. Manuscrito I-30,16,6,n.5, Fundação Biblioteca Nacional, RJ, 1766.
- RIBEIRO, M.I (2016) A narrativa de Joaquim José de Miranda: entre os fatos e as referências do desenho. **Anais do XXXVI Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte: Arte em Ação**. Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas, SP, p. 394-404, 2016. Disponível em: <[http://www.cbha.art.br/coloquios/2016/anais/pdfs/3\\_maria%20izabel%20ribeiro.pdf](http://www.cbha.art.br/coloquios/2016/anais/pdfs/3_maria%20izabel%20ribeiro.pdf)>. Acesso em: 12 mar. 2021.
- SEMA - Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo **Ilhas do Litoral Paulista**. Coord. Sueli Furlan. São Paulo, 1989, 49p.
- SILVA, C. **O Paleógrafo em escala caligráfica**. Lisboa, 1922.
- SOUSA, A.B. de S. **Carta ao governador da capitania de São Paulo, Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, remetendo lista do material requerido pelo sargento Joaquim da Silva Coelho para a continuação da obra da Fortaleza da Ponta das Canavieiras da Ilha de São Sebastião**. Santos: [s.n.], 20/08/1774. 1p., Orig. Manuscrito I-30,19,004n°003, Fundação Biblioteca Nacional, RJ, 1774.

SOUZA, A.F.de Fortificações no Brazil. Época da respectiva fundação, motivo determinativo della, sua importância defensiva, e valor actual. **Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brazil**, tomo XLVIII, parte II. Ed. Typographia Universal de Laemmert & C., Rio de Janeiro, p. 01-138, 1885.

VILLADA GARCÍA, Z. Paleografía Española. **Revista de Filología Espanhola**, Texto I, Madrid, Espanha, 1923.